

Espaço público

Todas as escolas, mesmo as estatais, deveriam funcionar sob contrato, com regras claras, autonomia e liberdade

Ensino não-estatal contratualizado: um ataque imoral

As medidas recentemente anunciadas de revisão do modelo de co-financiamento do Estado ao ensino não-estatal contratualizado (ENEC) são gratuitas, fundadas numa mentira, imorais e profundamente injustas.

Na verdade, elas surgem do nada, de repente, sem negociação prévia, o que seria uma obrigação óbvia, uma vez que uma das partes de um contrato decide, profunda e unilateralmente, alterá-lo. Importa clarificar que há dois grandes tipos de ensino não-estatal, o que funciona numa lógica aberta e de mercado, prestando um serviço público de educação não-contratualizado com o Estado, e o que funciona numa base contratual com o Estado, prestando um serviço público contratualizado.

Seria fundamental que o serviço público de educação, um bem social precioso prestado pelo Estado e por muitas outras entidades, públicas (autarquias locais), privadas e cooperativas, fosse entendido de uma maneira não faciosa, em que serviço público se procura confundir com oferta do Estado. O Estado não é o único nem o melhor construtor do edifício social, como está bom de ver nesta crise em que estamos mergulhados. Defendo, tal como Guilherme de Oliveira Martins e Eduardo Marçal Grilo explicitaram em publicação recente (*Educação, Sociedade e Estado*), que o serviço público de educação só tem a ganhar em qualidade se tiver este enquadramento conceptual. Defendo ainda, por coerência e sentido educacional estratégico, que todas as escolas, mesmo as estatais, deveriam funcionar sob contrato, com regras claras de funcionamento e de financiamento, com autonomia e liberdade.

O actual ataque gratuito é fundado sobre uma mentira: supostamente o ENEC estaria a ser financiado em doses escandalosas, sorvendo indevidamente o nosso dinheiro, que é escasso. Vejamos a verdade dos factos. Um aluno do ENEC custa-nos a todos 4.200 euros por ano, um aluno do ensino estatal custa-nos 5.200 euros por ano (OCDE). Mil euros menos por ano e por aluno! Pode custar ainda menos? Se sim, pois que se negocie a revisão dos contratos, sempre com os olhos postos também nos custos daí



Joaquim Azevedo

derivados para a qualidade do ensino. Agora, o Ministério da Educação vem propor passar o custo do aluno do ENEC para 3.300 euros, enquanto mantém o do ensino estatal muito acima. É isto que alguns comentadores muito publicados, estatistas e amigos do despesismo público incontrolado, que só o criticam depois de ele ter ocorrido, têm vindo a esconder. Sobre esta mentira já chegamos onde chegamos, para quê persistir neste erro?

Uma boa gestão do nosso dinheiro por parte do Governo e da Administração Pública é um imperativo, que requer coragem, eficácia, eficiência e equidade. Se há economias a realizar, e há, como se vê, têm de ser realizadas, em todo o sistema de ensino, seja o estatal seja o ENEC. Se há que rever inclusive o modelo de financiamento, passando-o, por exemplo, de *per capita* para *por turma*, tal como já se faz para o ensino profissional, pois que se reveja e já. Mas não se brinque com o nosso dinheiro: há desperdícios escandalosos no ensino estatal, sobre os quais se passa como borboleta sobre nenúfares.

É profundamente imoral que o mesmo ministério que está preocupado em cortar a despesa que realiza com o ENEC (230 milhões/ano), não tome medidas estruturantes e de fundo de controlo da despesa estatal em educação (7.200 milhões/ano). É imoral sobretudo porque não há um único padrão público de rigor e exigência, um único *standard* de qualidade exigido às escolas estatais (nem um financiamento por aluno nem por turma, nem nenhuma outra exigência deste tipo). Isso é que é escandaloso e isso é o que quase todos silenciam (se há cortes a fazer, e há muitos, que eles tenham em conta o desempenho das escolas, face a padrões previamente estabelecidos, pois de outro modo serão cortes cegos e administrativos, que só irão deteriorar mais a qualidade do serviço público de ensino).

Esta medida, “vendida” aos *media* e à população como sendo de controlo da despesa pública em educação, é profundamente injusta (e politicamente incoerente) quando decreta a negociação anual dos contratos e o cancelamento de todos os contratos com o ENEC, no fim deste ano lectivo, sem qualquer explicação. As *subtis* “alterações



Porque é que não se estabelecem

contratos com base em critérios e padrões de desempenho para todo o serviço público de educação?

serviço público de educação?

Andamos a brincar com coisas muito sérias e este Governo, mergulhado numa crise sem precedentes, nunca deveria ter aproveitado o ensejo de realizar um maior controlo da despesa para destruir, como há trinta anos não se via, o ensino não-estatal. Espero que o Presidente da República permaneça atento, como já o evidenciou, e saiba separar o que é controlo da despesa do que é um insólito e inesperado ataque político e ideológico. *Presidente do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa*

administrativas” propostas agora pelo Governo constituem uma machadada brutal no ENEC, o que quer dizer que 80.000 famílias portuguesas que frequentam este ensino, uma boa parte por opção, não mais o poderão vir a fazer, pois, *em cada ano*, o omnisciente e onnipotente Estado ditará se continua ou não a apoiar cada uma das famílias/escolas. As escolas do ENEC não são fábricas de rolas de vão de escada, que podem fechar ou abrir anualmente, ao lado das escolas estatais, supostamente brincos de princesa de um ficcionado Jardim do Éden. Porque é que não se faz um *reset* para todas as escolas estatais e não-estatais contratualizadas e se estabelecem contratos para *todas elas* com base em critérios e padrões de desempenho para todo o